

DISCURSO DE ABERTURA

António José de Pina Falcão*

Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia
Senhor Representante de Sua Excelência o Senhor Ministro da Cultura
Senhora Presidente da IFLA
Senhor Presidente da EBLIDA
Senhor Eng. Eugénio Lisboa
Ilustres Membros da Comissão de Honra
Ilustres Convidados
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Caros Colegas

É motivo de grande regozijo para a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas acolher, no seu 6º Congresso Nacional, as individualidades presentes nesta Sessão Inaugural e sete centenas de profissionais que vão participar nos trabalhos dos próximos três dias.

A todos as nossas mais calorosas boas-vindas.

Permitam-me que dirija uma palavra especial a todos os nossos convidados estrangeiros, incluindo, naturalmente, o numeroso grupo de colegas dos países de língua oficial portuguesa.

Um evento como o que aqui se está a iniciar defrontaria enormes dificuldades de concretização não fora o concurso de diversas entidades públicas e privadas, a quem são devidos os nossos agradecimentos e a que será feita alusão detalhada na Sessão de Encerramento, bem como em materiais impressos do Congresso.

Uma equipa esforçada de colegas e de funcionários constitui a pedra basilar do edifício efémero que aqui tentámos construir. Para eles vai uma palavra de muita gratidão.

* **Presidente da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**

Senhor Ministro da Ciência e Tecnologia
Exmas. individualidades

Caros Colegas

Portugal acumulou um riquíssimo património documental como fruto dos seus já longos oito séculos e meio de História, que lhe conferem o estatuto de um dos mais antigos Estados da Europa, e da sua experiência de povo de muitos contactos com povos e territórios de todos os continentes, contactos quantas vezes dolorosos mas também muitas vezes mutuamente enriquecedores. Trata-se de um património que reflecte, por um lado, o contributo de Portugal para o mosaico de matriz comum que a cultura europeia constitui e que é fundamental, por outro lado, para estudar e compreender a História mundial, em particular no período de emergência da modernidade.

Apesar desse rico património, a decadência económica e cultural do país nos 2 ou 3 últimos séculos, que foi causa de um progressivo atraso face aos países mais desenvolvidos da Europa, impediu o aparecimento, no momento certo, de um sistema de bibliotecas que permitisse generalizar o acesso à cultura e à informação a vastas camadas da população, à semelhança do que aconteceu, por exemplo, com as bibliotecas públicas inglesas. As generosas intenções dos liberais e, principalmente, dos republicanos nessa matéria ou não chegaram a concretizar-se em medidas políticas ou, quando tal aconteceu, depararam frequentemente com obstáculos resultantes da instabilidade governativa, das dificuldades económicas e, talvez principalmente, do obscurantismo de uma população marcada pelo espírito da Contra-Reforma e pelas práticas da Inquisição.

Mais recentemente, em meio século de ditadura, a ausência dos mais elementares princípios da democracia e da liberdade, as condições económicas extremamente débeis de grande parte da população portuguesa, que forçaram à emigração várias centenas de milhar de cidadãos nas décadas de 60 e 70, a situação social a denunciar um estágio de país subdesenvolvido, em que sobressaía a elevada taxa de analfabetismo, constituíram factores que se conjugaram para provocar uma vida cultural castrada e empobrecida. A uma exigência menor do lado da procura cultural correspondia uma escassez acentuada do lado da oferta, designadamente no que respeita à que aos poderes públicos competia promover.

A instauração do regime democrático a 25 de Abril de 1974 e as profundas mudanças económicas, sociais e culturais que originou criaram um ambiente propício a valorizar, de forma crescente, a importância da informação como recurso ao serviço do desenvolvimento social e cultural e, conseqüentemente, a prestar às bibliotecas e aos arquivos portugueses a atenção que não mereceram no período da ditadura.

E um facto que o novo poder democrático não emprestou, desde logo, a esses serviços os cuidados de que estavam necessitados. O âmbito e a profundidade das rupturas que teve de enfrentar e das reformas que teve de empreender no domínio político-administrativo e em áreas económico-sociais atravessadas por crises e por uma acentuada conflitualidade não proporcionaram as melhores condições para compreender a urgência das medidas a tomar num sector que lida com um bem intangível - a informação e ao qual economistas e políticos não atribuíam ainda o valor que hoje lhe reconhecem.

É inquestionável, no entanto, que se devem à democracia e à evolução económica, social e cultural que proporcionou todos os desenvolvimentos positivos registados nas bibliotecas e

nos arquivos portugueses, bem como em aspectos que aos respectivos profissionais dizem respeito, especialmente a partir do final da década de 70 e mais acentuadamente ainda a partir de meados da década seguinte.

Desde logo, pelo facto de, usando plenamente dos seus direitos cívicos, os profissionais de biblioteca, arquivo e documentação terem adquirido uma capacidade de intervenção radicalmente acrescida que lhes permitiu incrementar o debate técnico e diagnosticar a situação do sector, propondo medidas para a modificar e sensibilizando o poder político para a necessidade urgente da aplicação dessas medidas. Neste contexto, o papel da associação profissional, a B A D, foi determinante, tendo estado na origem ou tendo sido o motor de muitas mudanças então ocorridas.

Por outro lado, porque o poder democrático ouviu e dialogou com os profissionais, não tantas vezes é certo quanto o necessário, e desse diálogo e das decisões políticas tomadas nasceram frutos de boa qualidade.

Não parece deslocado, assim, afirmar que as alterações qualitativas ocorridas nos últimos 20 anos nas bibliotecas, nos arquivos e serviços de documentação portugueses e em aspectos respeitantes aos respectivos profissionais, são das mais significativas da história daquelas instituições.

No momento em que o regime democrático está prestes a completar um quarto de século e em que a B A D está precisamente a celebrar esse aniversário, vale a pena lembrar algumas dessas alterações:

- o ressurgimento da Biblioteca Nacional, operado através de novas perspectivas de trabalho abertas em várias frentes, mas principalmente por via da informatização dos respectivos catálogos, da criação da Base Nacional de Dados Bibliográficos e dos projectos desenvolvidos mais recentemente ou em curso, realidades que, conjugadas, permitiram à instituição acertar o passo com instituições congéneres estrangeiras, assumir um papel de liderança não-orgânica das bibliotecas portuguesas e constituir-se já como uma verdadeira porta de acesso à cultura e à informação na rede mundial;
- o lançamento e execução do Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas que tem vindo a alargar-se a um número crescente de municípios, apresentando a meta ambiciosa de cobrir todo o território do Continente até ao ano 2005, e que constitui um inegável sucesso no terreno, reconhecido mesmo internacionalmente;
- a criação do Instituto Português de Arquivos, com o que isso significou em termos de difusão e expansão da Arquivística em Portugal, bem como do aparecimento de uma geração de arquivistas sensíveis às exigências da sociedade contemporânea;
- o incremento dos contactos de natureza bi- e multilateral e da participação nas iniciativas e estruturas das organizações internacionais.

Também no que respeita aos profissionais, há mudanças a salientar:

- o estabelecimento, pelo Decreto-lei n.º 280/79, de um novo enquadramento para a carreira profissional, equiparada, a partir de então e pela primeira vez, às restantes carreiras de técnicos superiores da Administração Pública e generalizada a todos os departamentos da Administração Central e às autarquias;
- a reforma dos estudos superiores especializados de biblioteconomia e arquivística, na Iª metade dos anos 80, através da substituição do então desactualizado curso de bibliotecário-arquivista pelos actuais cursos de especialização em Ciências Documentais;

- a aquisição de uma consciência muito generalizada da importância da formação contínua, como o demonstra a participação de milhares de profissionais em mais de 400 acções de formação desse tipo realizadas pela B A D e igualmente de um numero muito elevado promovido pela Biblioteca Nacional nos últimos 10 anos;
- a criação e consagração legal, na 2ª metade da década de 70, da formação profissional para técnicos médios de biblioteca e de arquivo, que a posterior reforma de 1991. tornou mais extensa, exigente e adequada à realidade actual dos serviços.

As alterações de real sentido positivo ocorridas nos últimos 20 anos, e de que mencionamos os exemplos mais significativos, não nos podem fazer esquecer, por outro lado, que a situação de outros sectores não pode ser descrita com a mesma benevolência.

A realidade das bibliotecas universitárias e de outros estabelecimentos de ensino superior é complexa e apresenta cambiantes muito diversos. As que se encontram dotadas de recursos de informação consideráveis e disponibilizam serviços avançados aos utilizadores coexistem com outras em que os recursos são insuficientes e o cariz tradicional do serviço ainda predomina. As assimetrias prolongam-se ao nível dos edifícios, dos sistemas e dos recursos humanos.

O projecto RUBI, da iniciativa do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas poderá vir a constituir o instrumento que permita superar défices de natureza geral, com destaque para a ausência de partilha de recursos em rede e que ajude a esbater as diferenças de desenvolvimento que agora se verificam. No entanto, o projecto tarda em concretizar-se, pelo que só o tempo dirá se o próximo século vai ou não trazer novas oportunidades às bibliotecas universitárias.

São também profundas as disparidades que ocorrem no numeroso grupo das bibliotecas especializadas e dos serviços de documentação e informação, umas e outras inseridas principalmente nos departamentos da Administração Central e nos organismos e institutos dependentes. A par de unidades que foram pioneiras na aplicação das tecnologias da informação e na interrogação de bases de dados em linha e de outras que apresentam níveis de qualidade elevada nos serviços e produtos que disponibilizam, existem também as que se debatem ainda com todo o tipo de dificuldades materiais e humanas e a que falta com frequência o necessário apoio da tutela.

As bibliotecas escolares não são, ainda agora e na maioria dos cursos, dignas desse nome. Predominam aí as carências de toda a ordem: espaço, recursos bibliográficos e de informação, orçamento, condições de funcionamento adequadas, recursos humanos qualificados.

O Programa de Instalação da Rede de Bibliotecas Escolares, lançado em 1996 por iniciativa conjunta dos Ministérios da Educação e da Cultura, tem potencialidades para modificar substancialmente o paupérrimo panorama daqueles recursos educativos, por se basear em princípios e linhas de orientação globalmente adequados, assumindo que não lhe faltará a continuidade do apoio político e orçamental.

Mas é particularmente preocupante que o Programa esteja a evoluir sem que tenha sido resolvido convenientemente o problema dos recursos humanos qualificados, factor-chave de sucesso dos projectos. Em tais circunstâncias, reduz-se o alcance de outras iniciativas, designadamente a instalação de pontos de acesso à Internet, integrada nas medidas propostas no Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal.

No domínio dos arquivos, para além de inexistência de uma efectiva rede nacional, continua a escassear o pessoal com formação arquivística e está por ser dada uma resposta adequada ao problema das grandes massas documentais, conduzindo a perdas irreparáveis. O desenvolvimento desigual dos sectores que compõem a galáxia dos serviços de informação documental e das unidades que integram cada sector revela a ausência de uma política de natureza global, uma política nacional de informação, responsabilidade a que nenhum governo dos últimos 24 anos se pode eximir. E aqui cabe lembrar que, embora em determinadas áreas da governação caiba ao Estado um papel fundamentalmente regulador, noutras não pode deixar de ser um interveniente activo, desde a formulação das políticas à criação dos programas de acção e à prestação de serviços, sob pena de se pôr em causa os próprios direitos dos cidadãos. De facto, o Estado não só é um produtor massivo de informação indispensável às mais variadas facetas da vida dos cidadãos como, por outro lado, tutela organismos que são já e deveriam tornar-se cada vez mais portas de acesso à informação e ao saber, oferecendo igualdade de tratamento num domínio cada vez mais sensível da vida social e que através da iniciativa privada jamais seria garantida.

Uma política económica que esquecesse as pequenas e médias empresas seria mencionada por qualquer analista como incoerente e certamente de resultados perigosos. Também os analistas políticos se mostrariam surpreendidos ou fortemente críticos de uma política de relações internacionais que dedicasse atenção apenas ao contexto europeu ou norte atlântico e esquecesse, por exemplo, os países de língua portuguesa ou ibero-americanos. Da mesma forma, em matéria de política de informação, os profissionais e os cidadãos têm de afirmar e os governantes de reconhecer que existem sectores que não têm sido objecto de medidas políticas e que, por conseguinte, o quadro que se nos apresenta é incompleto, incoerente e não propicia o necessário apoio ao desenvolvimento da sociedade portuguesa. No sistema que corporiza uma política nacional de informação nenhuma componente pode ser esquecida, sem que isto signifique, de modo algum, a defesa de modelos centralizadores e órgãos de gestão pesados e distantes, uns e outros cada vez menos adequados na sociedade actual e menos necessários em virtude do desenvolvimento tecnológico. Trata-se, antes, de reconhecer, no fio condutor do acesso à informação e ao conhecimento, as distintas vocações dos diversos sectores do sistema e a complementaridade existente entre eles. Trata-se igualmente de reconhecer que a diversidade de tutelas e a legítima autonomia das instituições não deveriam constituir obstáculos à elaboração de programas que visem o desenvolvimento equilibrado de um sector e a cooperação e partilha de recursos entre as unidades que o compõem bem como a articulação entre sectores ou mesmo a colaboração entre unidades de sectores distintos mas que partilham a proximidade geográfica.

A PORBASE e a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas são exemplos de sinergias que é possível desenvolver, mas, num mundo em rede, representam apenas uma parcela do muito que há a fazer pelas bibliotecas e arquivos portugueses.

Portugal acaba de se tornar um dos países fundadores do Euro, tendo correspondido aos exigentes critérios económicos definidos para o efeito. É um marco histórico para o país, que os portugueses saúdam, mas que, de acordo com os analistas políticos e de economia, traz novas e pesadas responsabilidades. Segundo estes, tão ou mais difícil do que integrar

este pelotão da frente é permanecer no seio de uma das economias que exercem liderança mundial.

O reforço da integração económica de Portugal na União Europeia, que agora se operou, significa igualmente o reforço da integração numa das regiões do planeta que, logo a seguir aos Estados Unidos e ao Japão, apresenta indicadores mais claros de que a transição da Sociedade Industrial para a Sociedade da Informação é uma realidade e que, simultaneamente, define políticas, cria programas e estabelece incentivos de apoio a essa transição. No Relatório "A Europa e a Sociedade Global da Informação", conhecido por Relatório Bangemann e preparado por um grupo de destacadas personalidades europeias a pedido do Conselho Europeu, afirma-se que "as tecnologias da informação estão a dar origem em todo o mundo, a uma nova revolução industrial que não fica atrás, em importância e alcance das do passado: esta revolução baseia-se na informação".

O conteúdo desta citação coincide com a opinião de muitos economistas que entendem que as tecnologias da informação estão a desencadear um período de crescimento económico sustentado à semelhança dos que foram induzidos anteriormente por outras tecnologias: primeiramente, a expansão económica da Revolução Industrial, por efeito da máquina a vapor e, depois, o espectacular crescimento económico dos anos 50, por efeito da electricidade e do motor de explosão.

Mas o Relatório Bangemann lembra também que "todas as revoluções geram incertezas, rupturas mas também oportunidades. A que está a ocorrer não é excepção". Por isso, no documento faz-se uma chamada de atenção para o facto de os países que primeiro chegarem à sociedade da informação virem a ser os mais beneficiados enquanto "os países que, pelo contrário, perderem tempo ou não se empenharem nas soluções adoptadas poderem, em menos de uma década, ver-se a braços com uma redução desastrosa dos investimentos e com uma diminuição do emprego". Daqui se conclui que "preparar os europeus para a sociedade da informação constitui uma tarefa prioritária".

As profundas mudanças económicas, sociais e eventualmente políticas em curso ou que se intensificarão no futuro justifica um quadro orientador de acção política que não deixe exclusivamente às forças do mercado o tempo e o modo dessas mudanças. A preparação dos cidadãos para essas mudanças é imperiosa, se se quiser evitar o aparecimento de novas rupturas sociais e a conseqüente criação de "modernos" contingentes de excluídos, porventura com mais dificuldade de integração do que outros que a História tem registado.

Um quadro orientador de acção política que, aliás, a maioria dos países europeus já elaborou, incluindo Portugal, comporta um vasto leque de medidas com incidência nos mais variados sectores de actividade, em virtude do papel que a informação desempenha na vida económica, social, cultural e política da Sociedade que àquele recurso vai buscar o nome e do peso preponderante das indústrias da informação (conteúdo, difusão, tratamento). Nesse contexto, deve ser dada uma atenção muito particular às bibliotecas e aos arquivos, que merecem ver a sua função social confirmada e valorizada.

A par de outros sistemas, com destaque para o sistema educativo, aqueles serviços garantem uma igualdade de acesso à informação e ao conhecimento que a lógica de outras forças motoras da sociedade da informação não permite assegurar. Nesta sociedade, o pleno exercício da cidadania passa também, por isso, pelo direito à informação.

Em Portugal, no último quarto de século, a democracia demonstrou as suas virtualidades em inúmeros aspectos da vida dos cidadãos, incluindo o que respeita à melhoria das condições de acesso à informação.

No novo século que se avizinha, as bibliotecas e os arquivos portugueses e os seus profissionais querem e podem contribuir para que o direito à informação se torne um dos mais fortes sustentáculos de um desenvolvimento equilibrado e da democracia.

